

PODER

Nikolas admite uso de jato de Vorcaro

Deputado garante que não sabia de quem era o avião em que voou para ajudar na campanha de Bolsonaro à reeleição, em 2022

» VINICIUS PRATES
» WAL LIMA

O deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG) admitiu, ontem, ter usado um jato de uma empresa da qual o ex-banqueiro Daniel Vorcaro, dono do Banco Master, era sócio, para cumprir agenda de campanha em apoio ao ex-presidente Jair Bolsonaro, no segundo turno da eleição de 2022. A aeronave foi empregada em deslocamentos por, ao menos, nove estados e pelo Distrito Federal ao longo de 10 dias, durante a caravana “Juventude pelo Brasil”.

Nikolas afirma ter viajado a convite do pastor Guilherme Batista, ligado à Igreja Lagoinha. Mas, por meio de nota, garantiu que “não tinha conhecimento sobre quem era o proprietário do avião”.

“Minha presença no voo se deu exclusivamente em razão do convite para a agenda de campanha, sem qualquer vínculo pessoal, comercial ou institucional com o dono da aeronave, que posteriormente se soube tratar-se de Daniel Vorcaro. Ressalto, ainda, que, em 2022, o nome citado não era de conhecimento público nem havia qualquer informação que levantasse qualquer tipo de alerta. Mesmo que houvesse a tentativa de identificar o proprietário da aeronave naquele momento, não existia qualquer elemento que indicasse situação irregular ou que justificasse questionamento”.

Disse mais: que “nunca apertei a mão de Vorcaro, nunca estive com ele e não tenho nenhum tipo de negócio com ele ou o Master”. Segundo Nikolas, como os compromissos não integravam a agenda oficial da campanha de Bolsonaro, o uso do jato não precisaria ser declarado ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Jey Reis/Instagram pessoal



Nikolas (E) com a influenciadora Jey Reis e o casal Mariel e Guilherme Batista. O pastor teria convidado o deputado para a excursão pró-Bolsonaro

O caso foi divulgado pela colunista Malu Gaspar, de *O Globo*. Para se defender, Nikolas também publicou vídeo nas redes sociais reagindo à repercussão. “Ganhei a credibilidade das pessoas. Podem continuar a falar mal sobre mim. Tentem na próxima”, ironizou.

O deputado Rogério Correia (PT-MG) protocolou requerimento de convocação de Nikolas para prestar esclarecimentos na CP-MI do INSS. Porém, o presidente do colegiado, Carlos Viana (Podemos-MG), saiu em defesa do deputado do PL. Disse que a ação não

busca esclarecer fatos, mas promover desgaste político.

“Manifesto minha solidariedade ao deputado Nikolas Ferreira diante da tentativa evidente de associá-lo, sem qualquer prova concreta, a fatos com os quais não possui vínculo jurídico, contratual ou operacional”, defendeu.

Em Minas, a deputada estadual Bella Gonçalves (PSol) pediu ao Ministério Público Eleitoral que investigue o caso. Quer abertura de procedimento para apurar possíveis irregularidades eleitorais nas eleições de 2022. A representação

aponta que não há registro público de que o uso da aeronave tenha sido declarado nas contas da campanha presidencial de Bolsonaro, em 2022, o que é ilegal.

Ainda em Minas, o vereador de Belo Horizonte Pedro Rousseff (PT) também protocolou representação na Procuradoria-Geral Eleitoral (PGE) com o mesmo pedido de investigação contra Nikolas.

Redes sociais

Registros divulgados nas redes sociais mostram o deputado do

PL diante do Embraer 505 Phenom 300 com Batista, a mulher do pastor, Mariel, e a influenciadora cristã Jey Reis — que publicou a foto e, em uma das postagens, celebrou a passagem pelas capitais do Nordeste como “missão cumprida”.

O jato, com capacidade para até 10 passageiros, voou para todas as capitais nordestinas, além de Brasília e cidades do Vale do Jequitinhonha e do Triângulo Mineiro. Dados obtidos por meio de sinais de transponder indicam que os trajetos coincidem com as datas e

os locais das agendas públicas da caravana e de outros compromissos de campanha pró-Bolsonaro, inclusive eventos com a presença do então presidente.

As informações sobre as rotas foram confirmadas por meio do monitoramento de sinais captados por sistemas independentes de rastreamento. Embora plataformas como FlightAware e Flightradar24 apresentem bloqueio a pedido dos proprietários — prática comum em aeronaves privadas —, registros de tecnologia ADS-B, disponível em modelos mais recentes, permitiram identificar parte dos deslocamentos.

No papel, a proprietária do avião é a Prime You, empresa que detinha outras aeronaves e bens utilizados por Vorcaro, como sua residência em Brasília. A época, o empresário era sócio da companhia ao lado de Maurício Quadrado. A sociedade foi encerrada em setembro de 2025, dois meses antes da liquidação do Master. Até 2023, o empresário Nelson Tanure, também investigado pela Polícia Federal (PF) sob suspeita de participação societária oculta no banco, integrava a composição societária da Prime You.

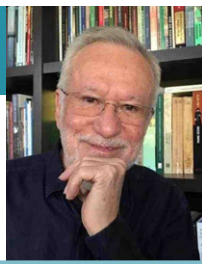
A defesa de Vorcaro afirmou que o avião “não pertence ao banqueiro”, embora ele figurasse como sócio da empresa proprietária no período. Já a Prime You informou que os trajetos correspondem a voos fretados dentro dos padrões do mercado de táxi-aéreo. Disse, contudo, que não poderia divulgar detalhes sobre contratação ou pagamento em razão da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e de normas do setor.

A assessoria do pastor Guilherme Batista não retornou aos contatos até o fechamento desta edição.



Minha presença no voo se deu exclusivamente em razão do convite para a agenda de campanha, sem qualquer vínculo pessoal, comercial ou institucional com o dono da aeronave, que posteriormente se soube tratar-se de Daniel Vorcaro”

Trecho da nota do deputado Nikolas Ferreira



ALEXANDRE GARCIA

SERIA DESEJÁVEL QUE UM MINISTRO DO SUPREMO CELEBRASSE POR TER O SIGILO DA SUA EMPRESA QUEBRADO, POIS MOSTRARIA ESTAR ACIMA DE QUALQUER SUSPEITA, INCLUSIVE PORQUE A EXIGÊNCIA CONSTITUCIONAL É DE REPUTAÇÃO ILIBADA

Assombrações

Existe no Brasil uma constituição não escrita, mas vigente, que estabelece em seu único artigo: “É facultativo a qualquer ministro do Supremo Tribunal Federal cumprir ou não cumprir a Constituição e os princípios universais do direito. Parágrafo único: o silêncio da origem do poder e de seus representantes, assim como dos meios de informação, será interpretado como consentimento para decisões tomadas com base neste artigo.”

Quando assisti ao evangélico deputado Nikolas Ferreira discursar — “O medo paralisa. Não tenham medo do Moraes” —, lembrei-me do quanto já preveni sobre a campanha da mídia durante a pandemia, mostrando covas abertas à nossa espera, para nos paralisar pelo medo. Vi ali uma experiência totalitária, para debilitar a vontade e a força do povo — origem do poder — e facilitar o controle e o domínio. Por coincidência, o discurso de Nikolas na Avenida Paulista foi no mesmo domingo do evangelho de Mateus 17.1-9 em que os discípulos, ao ouvirem das nuvens uma voz trovejante, prostraram-se de rosto no chão. Mas Jesus os acordou: “Levantai-vos; não tenhais medo!”

Em *O Mágico de Oz*, o mago dominava a Terra de Oz com sua voz trovejante, como se fosse um ser supremo. Foi desmascarado, quando Dorothy e seus três amigos entraram por trás do cenário com que o mago se camuflava e o surpreenderam quando se servia de megafones que ampliavam uma voz que não tinha. Ele, então, se acovardou e se desmoralizou. Parecia poderoso apoiado no cenário. Uma instituição pode ser usada como meio para turbinar vaidades e naturezas egoísta se totalitárias.

Estive num dilema para decidir qual seria o assunto deste artigo. Estava entre o aiatolá Ali Khamenei e o ministro Gilmar Mandes. Fiquei com Gilmar, que está próximo. Embora sua mais recente decisão não seja rara no Supremo, é uma aberração que merece atenção. Aliás, é a segunda aberração no Judiciário em poucos dias. A outra foi a do desembargador Majid Nauef Láuar, de Minas, que absolveu e soltou o homem de 35 anos que abusava sexualmente de uma menina de 12.

Contas escondidas

O ministro deve ter pesado o que seria menos chocante: exumar uma ação da pandemia para evitar quebras de sigilo da empresa de Toffoli ou deixar que as contas da Maridt fossem expostas. Optou, como Toffoli vinha tentando como relator, por manter as contas escondidas. Isso sugere que o movimento financeiro transitado na Marília Dias Toffoli é ainda mais impactante do que suspeitavam os simples mortais. Ações de encobrimento são tão eloquentes quanto um contrato de R\$ 129 milhões.

Seria desejável que um ministro do Supremo celebrasse por ter o sigilo da sua empresa quebrado, pois mostraria estar acima de qualquer suspeita, inclusive porque a exigência constitucional é de reputação ilibada. A outra exigência é de notável saber jurídico, com o qual nenhum ministro abriria uma ação sem o Ministério Público. A quebra de sigilo confirmaria que Toffoli nada tem a esconder. Mas não é isso que se vê, aparentemente já em nível de desespero. A ponto de contrariar não apenas a rotina processual, mas, também, contrariando a vontade de uma CPI, a vontade de representantes do povo. Mas também isso virou rotina.

A Constituição “consuetudinária” do Supremo começou quando o então presidente do STF, Ricardo Lewandowski, ao presidir julgamento do impeachment da então presidente Dilma Rousseff, ignorou parte do parágrafo único do art. 52 — e a presidente impedida não ficou inelegível, como manda a Constituição de 1988. A Constituição fantasma passou a assombrar o país quando Toffoli inventou o “inquérito do fim do mundo” sem Ministério Público e já com Moraes nomeado. Agora ainda aparece uma ação que emerge do túmulo para impedir quebra de sigilo dos Toffoli, acolitada pelo milagre de um habeas corpus para empresa.

Donald Trump está exorcizando assombrações no Irã. Aqui, o evangelista Mateus nos recorda o “Levantai-vos; não tenhais medo”.

Dra. Iara Carvalho
Gerente de Serviços
de Internação do DF

Saúde

75 novos equipamentos de hemodiálise e um aumento mensal de 774 para 2.220 atendimentos.

Porque este GDF vai lá e faz.